

# Para uma nova advocacia

*Homilia na Eucaristia do encontro Regional da Ordem dos Advogados*

1. Caros cristãos, certamente que todos nós já imaginamos o momento do nosso julgamento final. Se calhar, até já pensamos nos argumentos que vamos usar para tentar seduzir o S. Pedro a nos deixar entrar no paraíso.

Na verdade, de nada nos adianta optar por uma boa argumentação retórica, alterar factos ou pedir recurso jurídico porque a nossa sentença só depende de nós. Deus não é juiz: nós é que somos os juízes de nós próprios! Ou seja, nós é que vamos determinando a nossa própria sentença, mediante a vivência do evangelho.

Aliás, foi esse o grande pedido de Jesus antes de subir para junto do Pai, como escutávamos no evangelho: “ide por todo o mundo e anunciai o evangelho a toda a criatura!”

2. É verdade que, muitas vezes, pensamos que a Ascensão ao Céu significa a saída, o abandono ou a ausência de Jesus neste mundo. Porém, o Papa Bento XVI instrui-nos dizendo: “a ascensão não é a partida de Jesus para uma zona distante do universo ou para um planeta longínquo, mas a proximidade permanente.”

Jesus já não Se encontra agora num lugar concreto do mundo, mas em toda a parte, podendo assim ser evocado, amado e vivenciado por todos os homens. Trata-se, por isso, não de uma presença meramente espacial, mas de uma presença divina que continua a acontecer através de uma opção.

3. A linguagem (jurídica) dos cristãos, devemos dizê-lo, resume-se a uma palavra: amor. Um amor que foi capaz de desautorizar o legalismo farisaico, submetido ao cumprimento rígido das 613 leis. O amor cristão revela-nos que, se o direito/lei é extremamente necessário para regular as relações humanas numa sociedade, a dignidade da pessoa e a sua

diferença são muito mais importantes. Não sou eu que o digo, mas o 6.º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

*“Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.”*

Por isso, o novo legalismo de Jesus incorpora em si a **categoria do perdão**. Um perdão que, perante o não cumprimento da lei, apresenta-se como uma oportunidade de emenda, de crescimento, de correção... e não de mero castigo ou punição.

Certamente que todos sabemos o silogismo: *ubi homo, ibi societas; ubi societas, ibi ius*. Mas eu acrescentaria mais: *ubi ius, ibi caritas; ubi caritas, ibi veritas*. Só o amor permite conhecer a verdade das coisas.

4. Por isso, como elementos que exercem a advocacia, permiti que vos conte agora a história de alguém que deveis tomar como exemplo na vossa profissão.

Era uma vez um jovem frade franciscano de nome Ivo, que nasceu a 17 de Outubro de 1253 na Bretanha. Consta que após a sua juventude foi estudar para Paris, onde revelou a sua brilhante inteligência, no estudo da Filosofia, da Teologia e do Direito.

Mais tarde regressou à sua terra e aceitou o encargo de ser juiz do tribunal eclesiástico, por onde passavam as questões mais difíceis. Mas com sua sabedoria, imparcialidade e espírito conciliador, conseguia sempre desfazer as inimizades e conquistava o respeito até dos que perdiam a questão. A defesa intransigente dos injustiçados e dos necessitados deu-lhe o título de “advogado dos pobres”, um título que continuou merecendo ao tornar-se sacerdote, e ao construir um hospital, onde ele próprio também cuidava dos doentes.

Por tudo isto, a tradição proclamou-o como o patrono dos advogados, procuradores, juizes, juristas, notários, órfãos e abandonados.

5. Para terminar, em plena cidade “Guimarães, Capital Europeia da Cultura”, o filósofo Sócrates, um dos pais do direito e da cultura grega dizia: “A verdade não está com os homens, mas entre os homens!”

A busca da Verdade é, assim, o melhor contributo que podeis oferecer à cultura, no vosso exercício profissional, à semelhança de Santo Ivo. A verdade está entre os homens, porque Cristo agora está presente no meio de nós, Ele que é a autêntica Verdade. Pois encerra em si, na Sua Palavra (mensagem), a plenitude da dignidade da pessoa. E é essa verdade pessoal que Ele nos revelará no dia do julgamento final.

Por isso, apenas vos peço uma coisa para que não se esqueçam no dia-a-dia da vossa profissão: embora os Direitos Humanos só tenham sido promulgados em 1948, eles já tinham sido defendidos há mais de 2000 anos por Jesus no sermão das bem-aventuras!

Daqui emerge a vossa missão de exigir os deveres e defender os direitos de todos os homens, particularmente dos mais fragilizados.

+ Jorge Ortiga, A. P.  
Igreja de S. Francisco (Guimarães), 19 de Maio de 2012